

A HISTÓRIA NA SALA DE AULA: a importância da disciplina na educação básica¹

Telma Maciel Cunha Muniz

Graduada em História Licenciatura

Orientador: Prof. Dr. Fábio Monteiro

Universidade Estadual do Maranhão- UEMA – patinhakebrada@hotmail.com

RESUMO

Atualmente parece ser necessário explicar porque os alunos devem estudar História. Embora as várias possibilidades de ensino estejam mais próximas dos professores; a aprendizagem dos alunos torna-se um desafio a mais, pois os mesmos não compreendem a importância do estudo da mesma. Assim, faz-se necessário discutir a importância da disciplina para a educação básica e para a formação dos alunos. Será demonstrada a importância do estudo da História na formação político-social dos mesmos e sua aplicação na vida escolar e cotidiana dos alunos.

Palavras-chave: História. Ensino. Cidadania.

Em 1907, na construção de um projeto cívico e republicano na França, Charles Seignobos fez a clássica pergunta: “Por que se deve ensinar história?” Quanto à importância social da História, ele responde:

A aquisição das noções fundamentais da política e o hábito de se servir com precisão do vocabulário político tornam o aluno muito mais apto para compreender uma sociedade, ou seja, perceber as relações que unem os homens que a formam: a divisão de classes, a organização do governo, a contratação do pessoal, a distribuição de tarefas, o mecanismo das funções [...]; o homem instruído pela história aprendeu também que as transformações não atingem, de forma semelhante, os diferentes setores de um regime social e político [...]; o homem instruído pela história sabe que a sociedade pode ser transformada pela opinião pública, a qual não se modificará por si só e que um indivíduo é importante para modificá-la (SEIGNOBOS, 1907, *apud* PROST, 2014, p. 264).

Se não fosse mencionado o ano em que a citação foi escrita (1907), por certo se acreditaria que o autor estivesse vivendo na atualidade, pois os pontos destacados são relativos a uma formação política, ao senso crítico e a consciência histórica, que devem ser desenvolvidos pelos alunos através dos professores.

O ensino de História tem em seu âmago, interesses políticos e sociais. Desde sua implementação nos currículos escolares no século XIX, serviu para formação do Estado

¹ Monografia apresentada como requisito para conclusão de curso, com o título original: **A HISTÓRIA NA SALA DE AULA: Reflexões sobre as percepções do ensino de História pela comunidade escolar do Ensino Médio no ano de 2015.**

Nação e, posteriormente, para construção e afirmação do Estado Nacional, que naquele momento, preocupava-se com a unidade indivisível do mesmo. Segundo Prost, “[...] o saber é uma arma e a história - ao explicar o modo como foi constituindo uma nação - fornecia aos cidadãos os meios para que eles próprios formassem sua opinião sobre a evolução política e social no decorrer do tempo” (2014, p. 263). Este saber decorrente do conhecimento histórico, foi o que gradativamente mudou os objetivos do estudo e do ensino da disciplina.

Estas atribuições contundentes de fortalecimento da nação na atualidade, não fazem mais sentido. Mas qual é a importância de ainda continuar estudando o passado? Qual é a importância do ensino da história na construção e manutenção da Sociedade da Informação? Que aprendizado o passado ainda pode oferecer? Qual a contribuição da História para a educação básica?

De acordo com Jaime e Carla Pinsky, “[...] o conhecimento histórico, por si próprio, carrega profundo potencial transformador, dispensando interpretações apressadas, feitas sob o impacto de circunstâncias acaloradas” (PINSKY; PINSKY, 2013, p. 28). Pode-se notar que o conhecimento histórico serviu aos processos políticos, econômicos e sociais de forma coletiva. Atualmente, as contribuições da História estão ligadas mais aos indivíduos e/ou grupos e, neste caso especificamente, abordar-se-á a importância da mesma para a educação básica. Bittencourt diz que na atualidade existem muitas dualidades. Analisando todas estas contradições da atualidade, a autora cita o historiador André Segal, que diz:

Indivíduos que vivem um presente contraditório, de violência, desemprego, greves, congestionamentos, que recebe informações simultâneas sobre acontecimentos internacionais, como as guerras, que deve escolher seu representante para ocupar cargos políticos institucionais, *deve* ter condições de refletir sobre tais acontecimentos, localizá-los em um tempo conjuntural e estrutural, estabelecer relações entre os diversos fatos de ordem política, econômica e cultural (SEGAL, s/ano *apud* BITTENCOURT, 2011, p. 121-122, grifo nosso).

Então qual será a contribuição da História na reorganização dos indivíduos? Quanto à influência que o ensino da História tem na formação do caráter destes indivíduos, e mais especificamente, os alunos que fazem parte desta sociedade, Cerri diz:

O ensino de história pode ser definido como a interferência de caráter do desenvolvimento cognitivo, capaz de ajudar o aluno a abrir novas portas para a sua capacidade de pensar, definir e atribuir sentido ao tempo. Constitui-se, assim, como esforço de orientação e reorientação das formas de produção de sentido de outros, a ser regulado cientificamente e socialmente, evitando abusos políticos, bem como neutralismos esterilizantes (CERRI, 2010, p.270).

Selbach analisa por que se ensina História, fazendo um retrospecto das transformações ocorridas na sociedade, desde a metade do século XX até a atualidade. Discorre sobre as relações sociais, relações de trabalho rural e da mulher, desligamento quase

total da religião, construção das cidades, relações familiares, relações profissionais e a introdução das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) no cotidiano das pessoas (2010, p.36-37). Diante de tantos fatos, como lidar com os problemas decorrentes destas mudanças? Segundo a autora, “[...] o bom ensino de História não é a única saída, mas é uma saída” (SELBACH, 2010, p. 37); pois as histórias pessoais compõem a História e, que reconhecer as diferenças e semelhanças entre os grupos e pessoas é a melhor maneira de exercitar o respeito (SELBACH, 2010, p. 37). Para ela:

É importante que se ensine História para que os alunos possam questionar a realidade, identificando seus problemas e descobrindo formas políticas-constitucionais que possam ajudar a resolvê-los. Aprender História é importante para que se valorize o patrimônio sociocultural e o direito de cidadania como condição de fortalecimento da liberdade de expressão e da democracia, único sistema capaz de manter o respeito às diferenças e a lutas contra as desigualdades (SELBACH, 2010, p. 37-38).

Bittencourt ainda diz que uma das atribuições centrais do ensino da História, é a constituição de identidades. A identidade nacional constituída na escola tem, como desafio, ligar-se às identidades locais e mundiais (2011, p. 121).

Ainda segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o intenso processo migratório, a assimilação e o intercâmbio de comportamentos, valores e tecnologias, a expansão da economia e da cultura, todos estes processos criam novas situações que provocam uma desarticulação nos indivíduos dentro da formação da identidade. “[...] Neste sentido, o ensino de História pode (...) possibilitar o aluno a refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo de convívio” (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p. 34). Quanto aos objetivos na formação destas identidades, Cerri, diz que estes recaem especialmente no fato de que estas:

[...] possam ser refletidas e assumidas seletivamente e criticamente pelo sujeito, invés de impostas desde fora. Em outros termos, os objetivos do ensino deslocam-se para a promoção de identidades com maior autonomia, bem como para a prevenção de **identidade não razoável** (CERRI, 2010, p. 271, grifo nosso).

Ainda neste sentido, o autor destaca como característica destas identidades não-razoáveis a radicalização, sendo estas identidades destrutivas e ou/autodestrutivas. Sobre o conceito de uma identidade não razoável, Cerri diz que “quando uma identidade implica a negação da humanidade, dos direitos e da vida das outras identidades, temos uma identidade não-razoável que precisa ser prevenida, para o bem da coletividade” (2010, p. 271).

Pode-se refletir sobre quantas identidades deste tipo existem na atualidade. Identidades que não toleram as diferenças, sejam estas religiosas, sexuais, de cor, de raça, de

classe social, econômica, ideológicas, políticas e até mesmo intelectuais. Decorrente disso, observa-se que a violência faz valer a lei do mais forte ou do mais armado.

A prevenção a este tipo de identidade é, exatamente, aquela que a História procura mostrar através da aceitação do multiculturalismo. Para Silva e Guimarães, expressão multiculturalismo, quando é usada nos currículos escolares, é “para caracterizar a sociedade brasileira globalizada, inserida no movimento de mundialização do capital, com sua diversidade geográfica, racial, religiosa, política” (2014, p.44). Este conceito para os mesmos autores, ainda “é utilizado também para expressar a defesa de um caminho mais flexível para a escola que se pretende aberta aos saberes do cotidiano, inserida no espaço do multi, do pluri” (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p.45). Sendo assim, o papel do professor também passa a ser de um agente interdisciplinar, “agregando contextos específicos e saberes dos excluídos” (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p.45).

A expressão multiculturalismo também “se constitui num movimento, num campo político de embates, de construção de identidades (...), é também concebido como resultante de reivindicações de grupos, como mulheres, negros, indígenas, homossexuais” (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 47). Pode-se conceituar multiculturalismo como a aceitação das diferenças, até porque a história é feita por homens que não são iguais. Quanto à formação das identidades razoáveis, Cerri ainda diz que:

[...] se pode promover uma identidade razoável ao evitar uma visão etnocêntrica do mundo e prevenir comportamentos excludentes, considerando que a modernização tende a colocar rapidamente em convívio multicultural as diferentes comunidades (CERRI, 2010, p. 276).

Ainda sobre a formação destas identidades, pode-se dizer que estas também estão ligadas aos Direitos Humanos, que por sua vez contribuem para a formação de uma democracia, pois “[...] não há democracia sem o exercício dos direitos e liberdades fundamentais. A democracia exige a igualdade no exercício de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, assim como também dos direitos das diferenças” (CANDAUI, 2013, p. 46). Como as relações sociais alcançam o ambiente escolar, estas também precisam ser normatizadas e direcionadas, cabendo aos Parâmetros Curriculares Nacionais este papel. Os PCNs colocam claramente o importante papel da formação histórica na vida do aluno. Visto que esta contribui para a formação social e intelectual dos indivíduos, contribui para que de modo consciente e reflexivo, desenvolvam a compreensão de si mesmos e dos outros e, que possam atuar numa sociedade mais igualitária (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p. 29).

O fortalecimento da democracia contribui para a formação da cidadania. Pode-se dividir cidadania entre as relações do indivíduo com Estado e entre o indivíduo e sua coletividade. Na segunda relação, inclui-se a formação de um cidadão político, que desenvolve um pensamento crítico em relação aos fatos que ocorrem ao seu redor e tem a capacidade de analisar e articular fatos atuais com o passado. Bittencourt afirma:

O ensino de História deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possa entender que cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtida em lutas constantes e em suas diversas dimensões (Bittencourt, 2013, p. 20).

Sendo assim, “as atividades escolares com estas noções também evidenciam para o aluno as dimensões da História entendida como conhecimento, experiência e prática social” (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p. 36). Ainda no curso do desenvolvimento desta cidadania, delinear-se o cidadão crítico, com formação política e progressão intelectual, pois o desenvolvimento do pensamento crítico para Bittencourt:

[...] se constitui pelo desenvolvimento da capacidade de *observar e descrever, estabelecer relações entre presente – passado - presente, fazer comparações e identificar semelhanças e diferenças* entre a diversidade de acontecimentos no presente e no passado (2011, p. 122, grifo da autora).

Em entrevista à Revista de História da Biblioteca Nacional, a autora diz que senso crítico se ensina, e que:

[...] a História é um campo de conhecimento que precisa entrar na sociedade, (...) é uma disciplina que forma o cidadão político. Isto precisa ficar muito claro. Esta história se faz para um tipo de aluno: o aluno que tenta entender a humanidade, e se insere na humanidade (BITTENCOURT, 2015, p. 47).

Para ela, onde se privilegia o estudo da História Contemporânea (EUA e Europa), dando-se conseqüente ênfase ao capitalismo, perde-se a dimensão humanística das religiões, das lutas políticas, do que vem a ser uma revolução (BITTENCOURT, 2015, p. 47)

A formação desta dimensão humanística é outra contribuição da História para a educação básica, pois à disciplina cabe não somente repassar informações, mas transformá-las em conhecimento e vivências. Dentro desta formação humanística, estão os valores e as virtudes. De acordo com Bittencourt, a formação humanística é uma proposta mais geral dos PCNs. Esta formação segundo a autora se refere com “[...] os compromissos gerais da sociedade” (BITTENCOURT, 2011, p. 122). Entretanto, Jaime e Carla Pinsky dizem que:

As escolas parecem ter esquecido sua parcela de responsabilidade na formação humanística dos alunos (...) queiram ou não, é impossível negar a importância, sempre atual, do ensino de História (...). A História é uma referência (Pinsky e Pinsky 2013, p. 19).

Para eles é necessário que o professor demonstre para o aluno que, devido aos esforços dos antepassados, chegou-se ao atual desenvolvimento; graças à cultura desenvolvida, o homem tem talento para ser superior aos animais, mas é necessário que se perceba como sujeito histórico (PINSKY; PINSKY, 2013, p.21). Ainda segundo os autores, neste mundo em que se vive não basta a técnica, mas um preparo maior para ocupar um lugar na sociedade globalizada e, somente a educação de qualidade, cumpre este papel (PINSKY; PINSKY, 2013).

Mas como ensinar valores sem parecer piegas ou deixar de contemplar os conteúdos? De acordo com Selbach, estes “ [...]valores são essenciais para a segurança do bem viver e que nenhuma outra profissão, além do magistério, tem diante de si tão necessária missão” (2010, p. 96). Segundo a autora, é necessário que o professor escolha de maneira interdisciplinar que tipos de valores deseja enfatizar. Se para o senso comum estuda-se História para não se repetir os erros do passado, cabe dizer que “a honestidade e, no lado oposto da moeda, a corrupção eram tão valorizadas e tão repudiadas ontem como hoje e, provavelmente, sempre serão” (SELBACH, 2010, p. 98).

Mais do que nunca, valores como a coragem, lealdade, justiça, honestidade, polidez, paciência, generosidade, solidariedade, precisam fazer parte da vida dos indivíduos, pois a mesma sociedade da informação que procura conectá-los através da informação, conduz estes mesmos indivíduos a se encontrarem em estado de solidão, conquanto os relacionamentos interpessoais são substituídos pelos virtuais. Para Selbach, as discussões destes valores não devem ser conduzidas como um mero aconselhamento, mas que deve haver reflexão e envolvimento de dúvidas existenciais, fazendo-se “[...] estreita relação entre outros tempos com tempos que agora se vive (...). A indignação contra a mentira, a corrupção, a violência, o egoísmo e outras ações negativas precisam ser sempre reafirmadas” (2010, p. 98).

Bittencourt diz que, dentre outros papéis, a História é ensinada “[...] no sentido de evitar a amnésia da sociedade atual, marcada por incertezas e perspectivas indefinidas” (2013, p.14). Todas as implicações da atual sociedade acabam por influenciar os alunos. O consumismo, pautado pelas relações voláteis, faz com que quase todos os jovens só enxerguem o presente, vivendo o *presenteísmo*². Para a autora, a história que é a apresentada para as novas gerações são as das novelas, das escolas de samba, dos filmes. Finalmente, quanto às contribuições da História para a educação, é conveniente citar os PCNs, pois:

² *Presenteísmo*: esta expressão se refere ao comentário de Eric Hobsbawm na obra “Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991” (1995, p. 13), quando comenta o estado em que quase todos os jovens hoje crescem numa espécie de presente contínuo.

A apropriação de noções, métodos e temas próprios do conhecimento histórico, pelo saber histórico escolar, não significa que se pretende fazer do aluno um “pequeno historiador” e nem que ele deve ser capaz de escrever monografias. A intenção é que ele desenvolva a capacidade de observar, de extrair informações e de interpretar algumas características da realidade do seu entorno, de estabelecer algumas relações e confrontações entre informações atuais e históricas, de datar e localizar as suas ações e as de outras pessoas no tempo e no espaço, em certa medida poder relativizar questões específicas de sua época (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p. 40).

Conclusão

Considerando que o espaço escolar é o mais indicado para o desenvolvimento destas ações, é neste que o aluno pode ser ensinado a perceber-se como um ser que ocupa um lugar na sociedade em que vive; pois ao aperfeiçoar suas ideias, torna-se um ser crítico ante os fatos que acontecem em torno de si, podendo interferir neste processo de construção histórica. É evidente que como educadores, sabe-se que o conjunto destas metas é audacioso; entretanto, se a realidade conceder o privilégio de alcançar somente algumas delas, a História já terá dado sua contribuição.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental/coord Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta). 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O saber histórico na sala de aula.** 12. ed., 1ª reimpressão, (Repensando o Ensino).- São Paulo: Contexto, 2013.

_____. Senso crítico se ensina. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Entrevista Concedida à Nashla Dahás. Rio de Janeiro, ano 10, nº 120, p. 44-49. Setembro/2015.

CANDAU, Vera Maria. O (A) Educador (ar) como agente sociocultural e político. In PIMENTA, Selma Garrido (coord) et al. **Educação em direitos Humanos e Formação de Professores (as).** 1ª ed.- São Paulo: Cortez, 2013, p.33-53.

CERRI, Luis Fernando. Didática de História: uma leitura teórica sobre a História na prática. **Revista de História Regional** 15(2):264-278, Inverno, 2010. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/download/2380/1875>. Acesso em: 09 jun. 2015.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **História / Secretaria de Educação Fundamental.** - Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2016

_____. **História e Geografia/Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1997. p. 45. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. O que e como ensinar. IN: KARNAL, Leonardo (org). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas.- 6. ed., 3ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2013, p. 17-33.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. – 2ª ed.; 2. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SELBACH, Simone. **História e didática**. Coleção Como Bem Ensinar/coord. Celso Antunes, et al. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. **Ensinar história no século XXI**: Em busca do tempo entendido. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 20.